

OSÉ LINS DO REGO: MARCAS E PONTOS

NANCY MARIA MENDES *

RESUMO

Análise comparativa do romance *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego e de suas memórias, *Meus verdes anos*, buscando as possíveis motivações psíquicas de identificação e divergências, bem como o cotejo de linhas gerais do discurso que as constitui.

* Professora de Teoria de Literatura da FALE/UFMG. Mestre em Literatura Brasileira.

O livro de memórias de José Lins do Rego, *Meus verdes anos*,¹ veio ratificar a presença de elementos autobiográficos em seu primeiro romance, *Menino de engenho*.² Essas duas obras oferecem um excelente material para análise comparativa entre as produções ficcional e autobiográfica, ou melhor, romanesca e autobiográfica. Substituo o adjetivo ficcional por romanesca devido à possibilidade de haver ficção nas memórias, do que dá testemunho o próprio memorialista paraibano através das palavras de abertura de *MVA*: “*Tanto me contaram a história que ela se transformou na primeira recordação da infância...*” Refere-se ele ao episódio da morte da mãe que ocorreu quando ele começava a engatinhar. E aí está a interpenetração entre a realidade vivida e lembrada e o ficcional, no romance e nas memórias, reduzindo os limites entre essas espécies narrativas.

Esse terreno, entretanto, é escorregadio, oferece dificuldades grandes e não me atrevo ao risco. O que pretendo neste artigo é, fundamentando-me nos dois textos, refletir sobre seus pontos de identificação e analisar alguns elementos divergentes sob o prisma de sua possível motivação psíquica, além de cotejar as linhas gerais do discurso do Autor no romance e nas memórias. No desenvolvimento deste texto, farei abstração da cronologia, já que a ficção precedeu o próprio registro de sua fonte; isso significa que, conforme a necessidade de encaminhamento das reflexões, partirei de uma ou de outra obra.

A maior parte dos episódios, circunstâncias e personagens que cercam a infância de Carlinhos em *ME* estão registrados em *MVA*, não raro de forma idêntica. Se se considera o fato de mui-

tos desses episódios e personagens estarem presentes em outras obras de José Lins do Rego, ficcionais ou não, talvez proceda a observação de serem lembranças obsessivas, que se refletem em sua produção intelectual. São fatos e pessoas que deixaram marcas profundas em sua mente infantil. As perdas causadas pela morte (da mãe, da prima Lili), pelo afastamento (da tia que se casa, da namorada que parte), a asma torturante e os vomitórios terríveis, as primeiras noções e experiências relativas ao sexo, as impressões deixadas pela primeira cheia do Paraíba a que assistiu, a figura carismática do avô, a imagem maternal da tia, a presença dos negros e negras, "escravos voluntários" após a Abolição encontram-se nos dois livros praticamente da mesma forma. A lembrança do Dedé que foi, do ambiente que o cercou, transposta para a vivência da personagem Carlos, não saciou a ânsia de mergulhar-se no passado que acometia o romancista: foi necessário repetir tudo isso, relatar inúmeros outros episódios, descrever outras figuras e como que se penitenciar da fantasia romanesca em *MVA*, vinte e quatro anos depois.

A leitura dos dois textos deixa clara a extraordinária significação que a perda da mãe teve para o Autor. Há uma passagem em *MVA* em que isso se explicita particularmente: a notícia do casamento de tia Naninha, mãe substituta, o leva ao desespero:

Sofri um choque, *vi-me logo sem mãe pela terceira vez*.
Murchei pelos cantos, e a asma se aproveitou para o ataque. (*MVA*, 284, grifo meu)

Já perdera a primeira mãe substituta, tia Maria, que deixara o engenho ao casar-se. Estava em condições de avaliar a próxima orfandade, por certo definitiva, pois não haveria outra substituta e ainda havia um elemento agravante: ele e o noivo da tia se detestavam. Creio que a experiência do sentimento de perda das mães substitutas constitua uma espécie de modelo que funcionará retrospectivamente na avaliação da perda da mãe biológica.

É muito significativo o fato de os dois livros em apreço começarem com o episódio da morte da mãe que surge como uma evocação primordial, desencadeadora de todas as outras, como representação do fato gerador de uma infância peculiar. O menino

(Carlinhos/Dedé) nasce daquele momento para uma vida que será sentimento de solidão e de desamparo, consciência da orfandade. Da evocação daquele episódio, entretanto, nasce também o narrador de cada uma das histórias e, por que não dizer, nasce o escritor José Lins do Rego. Através do romance e nas memórias o sentimento (talvez fantasioso) da falta da mãe, aparente e temporariamente substituída por tia Maria (nas duas obras) e também por tia Naninha (em *MVA*) parece estar sendo exorcizado. São duas versões da morte, em que se registram diferenças circunstanciais:

Eu tinha uns quatro anos no dia em que minha mãe morreu. Dormia no meu quarto quando pela manhã me acordei com um enorme barulho na casa toda. Eram gritos e gente correndo para todos os cantos. O quarto de dormir de meu pai estava cheio de pessoas que eu não conhecia. Corri para lá, e vi minha mãe estendida no chão e meu pai caído por cima dela como um louco. A gente toda que estava ali olhava para o quadro como se estivesse em um espetáculo. Vi então que minha mãe estava toda banhada em sangue, e corri para beijá-la, quando me pegaram pelo braço com força. Chorei, fiz o possível para livrar-me. (*ME*, 45)

Tanto me contaram a história que ela se transformou na minha primeira recordação da infância. Revejo ainda hoje a minha mãe deitada na cama branca, a sua fisionomia de olhos compridos, o quarto cheio de gente e uma voz sumida que dizia:

— Maria, deixa ele engatinhar para eu ver.

Pus-me a engatinhar pelo chão de tijolo e a minha mãe sorria e eu ouvia o choro convulso da minha tia e uma voz grossa:

— Ela está morrendo.

Aí tudo parou. (*MVA*, 9-10)

D. Amélia, mãe de J. L. do Rego tem morte natural e pouco adiante o leitor saberá a causa: “morreu de menino nascido morto”, na linguagem das negras, enquanto D. Clarisse, mãe de Carlinhos foi morta a tiro pelo marido. É evidente haver uma transposição simbólica da morte por parto, no plano real, para o assassinio,

na ficção. Há elementos relevantes a comprovar isso: além de ser o pai o assassino, ele usa o revólver, símbolo fálico e é visto caído sobre o corpo da mulher, o que sugere a relação sexual, e não falta sequer a visão do sangue da mãe. Essa versão violenta da morte da mãe talvez se explique através de alguns dados que são registrados em *MVA*. O menino Dedé (como Carlinhos de *ME*) tem sua iniciação sexual precoce e anormal (sodomia ou bestialidade). Seus mestres são os moleques da senzala e as aulas práticas começam com a negra Marta, de uma lubricidade animalesca. A relação sexual é chamada por ele de *porcaria*. Quando vai para a cidade com tia Naninha já casada, perturba-se com os ruídos provenientes do quarto do casal; gemia, então, fingindo dor para atrair a atenção da tia que ia preparar-lhe um chá, enquanto o “marido” (só assim se refere, depreciativamente, ao tio afim), “roncava como um *porco baé*” (*MVA*, 294). Afirma: “De manhã não tinha coragem para olhar minha tia. Eu sabia de tudo” (id. *ibid.*). Por outro lado, a morte de tia Mercês, de parto como sua mãe, e a repercussão que teve no engenho (a descrição da manhã da morte da mãe em *ME* contém elementos encontrados na descrição da chegada dessa notícia), o medo que cercou a gravidez de tia Maria e de tia Naninha são elementos capazes de suscitar na mente infantil a associação relação sexual/violência que conduz a mulher à morte.

A explicitação da culpa do pai na morte da mãe é compensada no romance por palavras de justificativa e compreensão:

Vim a compreender, com o tempo, porque se deixava levar ao desespero. O amor que tinha à esposa era o amor de um louco. O seu lugar não era no presídio para onde o levaram. O meu pobre pai, dez anos depois, morria na casa de saúde, liquidado por uma paralisia geral. (*ME*, 48)

É importante considerar, todavia, um registro feito em *MVA*: após a morte da mãe de Dedé, seu pai, que não era bem aceito pela família da mulher, se afastou; há apenas uma referência a idas dele ao engenho, mas não relato de encontro entre pai e filho. Assim sendo, o texto ficcional pode assumir, para o leitor, dois sentidos. Por um lado, a loucura justificaria o comportamento do pai, que, segundo comentavam as tias, “nunca deu um alfinete ao filho” (*MVA*, 264). Por outro lado, a loucura, a paralisia e a morte do pai ficcional poderiam representar a punição imposta ao responsável não só pela morte da mãe como pelo abandono do filho. Creio haver outra forma de eliminação desse pai na ficção:

Carlinhos se parece fisicamente com a mãe, enquanto, em *MVA*, há registros frequentes relativos à semelhança física do menino com o pai.

Como reflexo do sentimento ambíguo do filho que em *MVA* diz ter sido assaltado por uma dúvida: "Por que não gostavam de meu pai?" (*MVA*, 263), há também uma idealização da figura paterna no romance. O saldo de lembranças que a personagem Carlinhos guarda do pai é positivo:

Ainda me lembro de meu pai. Era um homem alto e bonito, com uns olhos grandes e um bigode preto. Sempre que estava comigo, era a me beijar, a me contar histórias, a me fazer os gostos. Tudo dele era para mim. Eu mexia nos seus livros, sujava as suas roupas, e meu pai não se importava. As vezes, porém, ele entrava em casa calado. Sentava-se numa cadeira ou passeava pelo corredor com as mãos para trás, e discutia muito com minha mãe. (...)

Eu o amava porque o que eu queria fazer ele consentia e brincava comigo no chão como um menino de minha idade. Depois é que vim a saber muita coisa a seu respeito: que era um temperamento excitado, um nervoso, para quem a vida só tivera o seu lado amargo. A sua história, que mais tarde conheci, era a de um arrebatado pelas paixões, a de um coração sensível demais às suas mágoas. Coitado de meu pai! (*ME*, 47)

Não me parece ficar aí sua idealização. O pai não tem praticamente substituto na vida do Autor pelo que está registrado em *MVA*, embora o avô o seja sob alguns aspectos. As memórias, atestam a quase veneração do neto e a figura do coronel José Paulino a confirma não só em *ME*, mas também em outros romances da trilogia e, sobretudo, em *Fogo Morto*. Todavia, esse avô afetivamente contido, não me parece suprir a falta do pai, como as tias supriram a da mãe. Aliás, J. Lins do Rego afirma no prefácio a *MVA*:

A ausência do pai que não era bem visto pelos parentes maternos, fez de mim uma criança sem verdadeiro lastro doméstico. Sempre fui um menino criado pelo avô, assim como um enjeitado, apesar de todas as grandezas do avô. (*MVA*, 5)

Henrique, o marido de tia Maria, apesar de preencher as condições de pai substituto (ao ver-se angustiado por não aprender a ler, o menino chega a recorrer a ele), não permanece no engenho. Resta o marido de tia Naninha, Rui, com quem Dedé vai morar tão logo se casam. Uma antipatia recíproca, porém, existe entre eles desde o início. Da parte do menino o primeiro motivo seria a ameaça da perda da mãe substituta, o que não se concretizou já que continuou em sua companhia. Talvez tenha havido motivo mais forte: o conhecimento de que seu verdadeiro pai pretendia casar-se em segundas núpcias com tia Naninha, sendo recusado e ridicularizado na família, conforme registra o memorialista sem associar os fatos. Associando-os, não se poderia pensar que, inconscientemente, Rui seria para ele o usurpador do lugar do pai? Além disso, há o componente edípiano que leva o menino a ver naquela figura o rival no afeto e no convívio da tia. Quanto ao tio, nada faz por conquistar-lhe a amizade, pelo contrário, coloca-se constantemente como censor e repressor, mais que isso, chega a privá-lo, em dado momento, de algo que o encanta — o canário. Enfim, rejeita o papel de pai e entra num jogo de rivalidade com o sobrinho, que, nas memórias, se refere a ele, geralmente, como “o marido”.

O não preenchimento do lugar do pai na infância de José L. do Rego será compensado ficcionalmente pela criação da personagem tio Juca. É ele quem conduz Carlinhos da cidade ao engenho de Santa Rosa, quem o inicia nos banhos no rio, “batizando-o”. Aos domingos admitia o sobrinho em seu quarto, que geralmente conservava trancado, brincava com ele, lia histórias do Malho, mostrava-lhe fotografias. Mas é também o Pai, aquele que estabelece a Lei: o menino não deveria tocar em certo pacote que ficava sobre a cômoda — fruto proibido. Carlinhos, por desobedecer (foi surpreendido com os cartões pornográficos do pacote), fica impedido de retornar ao quarto. O Pai, portanto, aplica a punição ao infrator da Lei — nova versão da expulsão do paraíso.

Há ainda a faceta do modelo heróico em tio Juca. Ela se revela no episódio do incêndio do canalial que, diga-se de passagem, não está registrado em *MVA*:

— Ataca o fogo, gritava meu tio de panavoeiro na mão. O meu tio Juca crescia para mim, neste arranco de coragem com seus cabras. Estava metido com eles no mesmo perigo e no mesmo aporreio. (*ME*, 130)

Parece-me completar-se assim a imagem idealizada do pai substituto: é o guia, o mestre, o amigo, o legislador, o juiz, o homem forte e corajoso, o herói. Tudo isso, sem se falar na sua notória macheza, qualidade tão importante naquele meio, sugerida pelos cartões pornográficos e confirmada pelos casos que tem com as molecas do engenho.

Uma outra situação registrada no romance de forma transfigurada, conforme atesta o livro de memórias, é a experiência relativa à alfabetização. Para o menino José, ela foi extremamente traumatizante. Iniciou-se na escola de certo Dr. Figueiredo, inquilino do velho José Lins, depois identificado como “um louco que viera ao Pilar em busca de cura”. Ali o garoto foi chamado “burro” e chegou a levar reguada na cabeça. A família tira-o de lá e coloca-o mais tarde na escola de D. Donzinha, onde ele é tratado como príncipe, mas nada aprende. Vai para uma terceira escola, a de João Cabral e ele próprio pensa em recorrer a seu tio Henrique e se submete à ajuda da tia Naninha, a quem falta paciência, ante a dispersão do menino. Este se sente atormentado, pois já pesa sobre ele o estigma da burrice: identificam-no com parentes que foram incapazes de aprender a ler. Finalmente, “Sinhá Gorda conseguiu desasnar o José”, ganhando fama no engenho.

No romance, esse calvário desaparece: Carlinhos aprende as primeiras letras na escola do Dr. Figueiredo, incentivado por D. Judite, a mulher do mestre por quem nutria “estranha afeição”. As personagens conservam os nomes reais, mas a situação se altera: os maltratos impingidos pelo louco à mulher, em *MVA* chegam ao conhecimento do menino através do mestre Fausto, que mora em frente à escola; em *ME*, são percebidos por Carlinhos. Ele se condói do sofrimento de sua “bela Judite” que o põe no colo e o enche de afagos. A reconstituição ficcional da mulher do mestre, figura de mãe em relação edipiana, lembra muito a que liga Sérgio à mulher de Aristarco em *O Ateneu* de Raul Pompéia, romance evocado no final de *ME*. Carlos, porém, àquela altura não tem a mesma malícia de Sérgio, sendo capaz apenas de perceber que sente por aquela mulher algo diferente do que lhe inspira a tia Maria.

A elaboração ficcional de J. L. do Rego, portanto, revela certas formas compensatórias de carências e traumas relevados depois em suas memórias. Não é esse, porém, o único mecanismo que

move sua criação romanesca, como se comprova analisando a eliminação da avó Janoca pela viuvez do coronel José Paulino em *ME*.

Essa eliminação estaria na mesma linha compensatória a que me referi se não fosse substituída por tinha Sinhazinha. Realmente, em *MVA* a avó Janoca não é simpática e o memorialista confessa que tinha por ela uma aversão gratuita. Irritam-no as preferências da avó por algumas filhas e netos. O retrato que traça da irmã caçula da avó Janoca, entretanto é bem mais desagradável: mulher cruel e intrigante, por onde passa semeia a discórdia. Ora, essa figura assume o poder feminino em *ME*. Deixa de ser hóspede habitual da casa para ocupar as funções que caberiam à mulher do senhor de engenho: “tomava conta da casa do meu avô com um despotismo sem entranhas”. É a figura da megera. Será responsabilizada pela experiência de uma grande surra injusta (em *MVA* quem o surra assim, uma vez, é tia Naninha), o que desencadeará o ódio de Carlos contra ela e o levará a imaginar vingança.

Creio poder levantar duas hipóteses em relação ao fato de a avó estar morta em *ME*: o romancista a pune por não ter correspondido, no plano real, à imagem desejada de avó; e/ou fazendo-a ser representada por tia Sinhazinha, mulher cruel e sovina, busca justificar a aversão que nutria por ela.

Passo agora a considerar a outra questão anunciada na introdução deste artigo: as linhas gerais do discurso do romance e das memórias. Levando-se em conta que em *ME* é criada uma personagem memorialista e que a matéria — infância num engenho de açúcar na Paraíba — está calcada nas experiências vividas pelo Autor, como se teve oportunidade de salientar acima, uma análise comparativa minuciosa da forma de apresentação das obras seria bastante interessante. Não chego, todavia, a pretender isso, que merecia, pelo menos, outro artigo. Vou-me limitar a algumas considerações que poderão ser desenvolvidas posteriormente.

A primeira delas diz respeito à diferença de tratamento dado aos casos do avô nas duas obras. “A história inteira da família saía nestes serões de depois da ceia”, diz Carlos em *ME*, no capítulo 33, dedicado a tais casos. J. L. do Rego seleciona-os e os concentra neste capítulo do romance, diversamente do que fará em *MVA*, onde os casos se multiplicam e espalham-se por seis capítulos. Além disso as memórias registram os casos relativos à família contados pelos trabalhadores do engenho e pelas negras. Sobre essa última fonte, diz o memorialista: “As conversas das negras

foram as primeiras crônicas que me deram notícias da minha família". Há ainda um capítulo (o XXXIV) em que se reúnem as informações e impressões pessoais sobre a família paterna. O que me parece importante observar não é apenas volume maior dos casos em *MVA* em relação a *ME*, mas o tom de "crônica familiar" que os caracteriza (note-se que o Autor usa essa expressão — "crônica") e ultrapassa a evocação da fala dos mais velhos ao ser incorporada pelo memorialista no relato de episódios que testemunhara, como o casamento de tia Maria. Observe-se no trecho abaixo a preocupação em identificar as pessoas e em registrar minúcias:

O casamento estava na porta. Tio Lourenço já chegara do Recife com a sua corte de chaleiras. Havia um seu Gila de Timbaúba, de fala como um cochicho. Era magro, de bigodes ralos, a querer contar histórias que não se escutavam. A voz não lhe saía da boca. Fôra senhor de engenho e botara toda a herança em negócios. Para agradecer Tio Lourenço, ninguém melhor do que ele. Havia também o dr. Bráulio, um sobrinho do bispo D. Vital, que nos assombrava com os seus instrumentos para trato dos bigodes. Usava um pano branco na boca e esquentava uns ferros para fazer subir os fios dos cabelos dos lábios. Era formado. Junto do Tio Lourenço, valia como se fosse filho querido. Só se fazia o que o Bráulio achasse bem feito. (...)

Começavam a chegar parentes de mais longe. Hipólito de Fazendinha, filho daquele Tio Leitão que dava nos negros, já se aboletara em sua rede na casa velha. Os arreios de Hipólito eram de prata, com os estribos fingindo sapatos em metal que luzia. Contava-se muita coisa de Hipólito, fatos de sua devoção de beato. Diziam que quando elevava o Santíssimo, ele falava em voz de oração: "Fazei-me rico como o dr. Quinca".

O seu Álvaro do Aurora, sobrinho de minha avó, não poderia faltar. Este tinha tudo da nossa vida. Homem bom, sem riqueza de espécie alguma. Criara os filhos sem que pudesse mandá-los aos colégios. Era muito pidão. Se desejava qualquer coisa, uma tacha velha, um arco de carro, procurava a sua Tia Janoca e tudo se fazia para ele. O irmão rico, o seu José do Jardim, não botava os

pés no Corredor, desde a disputa que teve com meu avô pela posse do velho engenho. A casa-grande já não cabia tanta gente. A mesa da sala de jantar era posta duas a três vezes para o almoço. Em torno do Tio Lourenço se fazia roda para ouvi-lo. O homem importante não nos dava a mínima atenção. Menino para ele existia como qualquer outra coisa. (*MVA*, 145-7)

Eis o que está em *ME* em relação à chegada dos convidados para o casamento de tia Maria:

Começavam a chegar as gentes dos outros engenhos para a grande festa de S. Pedro: o povo da Aurora, da Fazendinha, do Jardim, do Cambão. *Os carros de boi paravam no terreiro com uma festa de abraços. Vinham meninos, vinham negros, vinha o bau com o vestido novo para o dia. Chegava gente de cavalo, gente de trem da Paraíba e do Recife. (ME, 150-1, grifos nossos)*

Como se vê, aquele tom de crônica não existe no romance. Há no trecho uma linguagem concisa e observa-se certa elaboração literária, para a qual chamo atenção através dos grifos, indicando a metonímia e a anáfora. Não quero com isso dizer que tal elaboração seja inexistente em *MVA*. Também não se deve inferir que sempre prevaleça a linguagem mais sintética em *ME*: um outro episódio, presente nas duas obras mostra o contrário. Trata-se da cheia do Paraíba, cuja descrição é muito mais minuciosa no romance. Parece-me dispensável transcrever aqui o texto antológico de *ME* em que se junta à descrição da avalanche das águas a encenação, já que a emoção dos personagens é passada ao leitor pelo discurso direto. Sem se falar no desenvolvimento do episódio com a invasão noturna do engenho pelas águas, o que obriga a saída das mulheres e crianças; esse fato determina o prolongamento da descrição da cheia e o capítulo 13 se torna o mais extenso do romance. Já em *MVA*, a cheia propriamente é descrita em um parágrafo e meio:

A cabeça da primeira cheia era como se fosse um serviço de limpeza geral do leito. Descia com ela uma imundície de restos e matérias em putrefação. Bois mortos, cavalos meio roídos pelos urubus. Aos poucos o Paraíba começava a limpar. O leito coberto de juncos, as vazantes de batata-doce cediam lugar ao caudal que se espalhava

de barreira a barreira. Água vermelha como de barreiro de olaria. À noite os búzios dos moradores enchiam o silêncio de um surdo gemer. As águas derrubavam barreiras, subiam em ondas, dançavam em redemoinhos. O inverno estava ali.

Agora o corredor dividia-se em dois. As terras do outro lado do rio, onde havia a Várzea da Paciência, parecia de outro mundo. A canoa posta em condições pelos tanceiros era um caminho de todos os instantes. O céu ainda estava descarregado. Mas aos poucos nuvens pretas se formavam lá para as bandas da Conceição e a primeira pancada d'água caía sobre a terra para lhe matar uma sede de meses e meses. (*MVA*, 82-3)

É interessante observar ainda que em *ME* o episódio da cheia é introduzido muito rapidamente, iniciando-se o capítulo assim: "Há oito dias que relampejava nas cabeceiras". Já em *MVA*, o capítulo XVI começa com referência à importância dos invernos e ao problema das secas prolongadas com suas conseqüências sociais catastróficas, passando em seguida a referir-se particularmente à seca de 1907 (e assim se precisa também a data da cheia descrita), que testemunhou como menino de seis anos. O tom é pungente:

Desciam do sertão pela estrada levadas e levadas de pobres famintos. Pela primeira vez vi de perto a fome. Meninos nos ossos, mulheres desnudas e homens arrastando-se sem forças. Paravam por debaixo do engenho e meu avô mandava distribuir farinha do barco com mel-de-furo. (*MVA*, 80)

Em *ME* há referência aos flagelados pela enchente, de forma menos contundente:

O engenho e a casa de farinha repletos de flagelados. Era a população das margens do rio, arrastada, morta de fome, se não fossem o bacalhau e a farinha seca da *fazenda*. Conversaram sobre os incidentes da enchente, achando graça até nas peripécias de salvamento. João de Umbelino mentia à vontade, contando pabulagens que ninguém assistira. Gente esfarrapada, com meninos amarelos e chorões, com mulheres de peitos murchos e homens que ninguém dava nada por eles — mas uma gente com quem se podia contar

na certa para o trabalho mais duro e a dedicação mais canina. (*ME*, 75)

O universo aqui é mais restrito: é a população ribeirinha, são os vassallos do “magnânimo” senhor feudal que os socorre com bacalhau e farinha seca, talvez grato pela “dedicação canina” de que era alvo e, certamente, preocupado em conservar a vida desses braços para “o trabalho mais duro”. É claro que a ironia está na minha leitura e não no texto que pretende, de fato, enaltecer a generosidade do avô, da mesma forma que em *MVA*, onde se refere ao socorro dado aos flagelados da seca, que custa a interrupção do fabrico de cachaça. Lê-se, entretanto, o que o texto permite. Fundamento-me em outra passagem de *ME*, na qual o coronel José Paulino, enquanto ex-senhor de escravos cujos negros eram tão bem tratados, que ficaram todos no engenho após a abolição (“escravos voluntários”, no dizer do Autor), assim se expressa relativamente à situação pós-Lei Áurea:

Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros. (*ME*, 136)

Não se trata de um bondoso senhor de escravos ter-se tornado mau patrão, é o mesmo capitalista. São ainda palavras da personagem José Paulino: “Queriam-se o negro gordo para trabalho e revenda. Não se ia botar fora um conto nem dois de réis” (*ME*, 135, grifos meus).

Parece-me ser realmente inevitável falar-se dessas duas obras sem se focalizar mais de perto a figura do avô José Paulino/José Lins, construída por discursos homólogos que culminam nesta expressão — “um santo que plantava cana” (*ME*, 137). Da perspectiva do neto, ela não é falsa e, deve ser ressaltado, está na ficção. Representa talvez o desejo de transmitir a imagem de um homem que lhe podia servir de modelo, toda feita de claros e escuros, de virtudes e defeitos. Estes não são camuflados, não há necessidade disso, a figura do avô não precisa ser idealizada como a do pai, porque é presente e amada.

As considerações sobre o discurso dos dois textos levaram-me a retornar às possíveis motivações psíquicas de mais um ponto de identificação entre eles. Na verdade, a proposta inicial de tratar separadamente as duas questões, só poderia constituir uma estratégia de análise. É óbvio que, em nenhum momento, seria possível abandonar o discurso, o instrumento e meio utilizado pelo escritor para resgatar o sentido das marcas deixadas por vivências pretéritas no romance e nas memórias. Atados assim os dois fios da meada que vinha desdobrando para elaborar este tecido, aqui o interrompo, consciente de haver vários pontos a serem dados, outros fios a serem entrelaçados na tessitura dessas duas obras de José Lins do Rego.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. REGO, José Lins do. *Meus verdes anos* (memórias). 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1957. A partir daqui, será indicada por *MVA* e as citações serão feitas pela numeração de páginas dessa edição.
2. ————. *Menino de engenho*. 40. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. A partir daqui, será indicada por *ME*, e as citações serão feitas pela numeração de páginas dessa edição.